



SPE  
NOVA ERA JANAPU  
TRANSMISSORA S.A.



# Demonstrações contábeis 2023

# SUMÁRIO

## Índice

Relatório da administração .....	3
Balanço patrimonial .....	6
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstração dos fluxos de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	11



1

# SPE Nova Era Janapu S.A.

Este relatório de administração apresenta uma análise das contas referentes ao ano de 2023 da SPE Nova Era Janapu Transmissora S.A., uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Eletrobras Furnas e subsidiária indireta da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras). A empresa tem como principal objetivo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme descrito no Anexo 02-04 do Edital do Leilão nº 001/2023 da ANEEL.

2

## Atividade e Objeto Social

A companhia é responsável pela operação das instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo a LT 500 kV Janaúba 6 - Presidente Juscelino, C1, CS, conforme especificado no referido Edital do Leilão. Além disso, suas atividades englobam as entradas de linha, interligações de barramentos, equipamentos de compensação de reativos, conexões, instalações vinculadas e outras instalações necessárias para as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e obras complementares.

3

## Contrato de Concessão

A empresa atua em conformidade com o Contrato de Concessão e exploração de atividades derivadas da utilização subsidiária ou compartilhada de bens materiais ou imateriais, detentora em razão da natureza essencial da atividade. Isso inclui a prestação de serviços relacionados ao seu objeto social.

## 4 Estatuto Social

Para informações mais detalhadas sobre a SPE, é possível consultar o Estatuto Social da Companhia, cadastrado sob o NIRE 333.0035026-8.

## 5 Desempenho Financeiro

O desempenho financeiro da SPE Nova Era Janapu Transmissora S.A. em 2023 foi estável dado sua fase de implantação do projeto, refletindo a gestão estratégica dos recursos. Os resultados financeiros detalhados estão disponíveis no demonstrativo contábil anexo a este relatório.

## 6 Perspectivas Futuras

Considerando o cenário atual e as perspectivas do setor elétrico, a empresa está comprometida em continuar investindo em infraestrutura, tecnologia e sustentabilidade para garantir a qualidade e a confiabilidade na transmissão de energia elétrica.

## 7 conclusão

Para informações mais detalhadas sobre a SPE, é possível consultar o Estatuto Social da Companhia, cadastrado sob o NIRE 333.0035026-8.

A SPE Nova Era Janapu Transmissora S.A. mantém seu compromisso com a excelência operacional, atendendo aos padrões regulatórios e contribuindo para o desenvolvimento do setor elétrico nacional. A administração está empenhada em buscar oportunidades de crescimento sustentável e maximizar o valor para os acionistas e demais stakeholders.

Este relatório é submetido à consideração da administração da empresa, autoridades reguladoras e demais partes interessadas.

**SPE NOVA ERA JANAPU TRANSMISSORA S.A.**

CNPJ/MF: 51.762.902/0001-04

Avenida Graça Aranha, nº 26, Centro CEP: 20030-000 - Rio de Janeiro - RJ

**SPE NOVA ERA JANAPU TRANSMISSORA S.A.**

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>1</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Ativo contratual da concessão	5	1.154
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	7
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>1.161</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.162</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	7	268
Impostos corrente a pagar		3
<b>Total Passivo Circulante</b>		<b>271</b>
<b>Não Circulante</b>		
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	6	7
<b>Total Passivo Não Circulante</b>		<b>7</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital social	8	1
Adiantamento para aumento de Capital	8	882
Reserva de lucro	8	1
<b>Total Patrimônio Líquido</b>		<b>884</b>
<b>Total Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.162</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## **SPE NOVA ERA JANAPU TRANSMISSORA S.A.**

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>
Receita de infraestrutura, líquidas	10	1.141
Remuneração dos ativos da concessão, líquidas	10	13
Custos dos bens construídos e serviços prestados	11	(1.132)
<b>Lucro bruto</b>		<b>22</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>		
Despesas gerais e administrativas		(21)
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro</b>		<b>1</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>1</b>
<b>lucro líquido do exercício</b>		<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## **SPE NOVA ERA JANAPU TRANSMISSORA S.A.**

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	1
Outros resultados abrangentes	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SPE NOVA ERA JANAPU TRANSMISSORA S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros	Resultado do exercício	Total
<b>Constituição de capital social - 10 de agosto de 2023</b>	-	-	-	-	-
Subscrição de capital	1	-	-	-	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	882	-	-	882
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1	1
Constituição de reservas	-	-	1	(1)	-
<b>Saldo em 31 dezembro 2023</b>	<b>1</b>	<b>882</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>884</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## SPE NOVA ERA JANAPU TRANSMISSORA S.A.

Demonstração do fluxo de caixa  
Em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		1
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Receita diferida	5	(1.154)
<b>Lucro ajustado</b>		<b>(1.153)</b>
<b>Variações dos Ativos e Passivos operacionais</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	7	268
Impostos correntes a pagar		3
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>(882)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	8	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	882
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>883</b>
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1</b>
<b>Varição do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No final do período		1
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## **SPE NOVA ERA JANAPU TRANSMISSORA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

#### **1.1. Objeto social**

A SPE Nova Era Janapu Transmissora S.A. “Companhia”, é uma sociedade constituída como “Sociedade Anônima” de capital fechado e domiciliada no Brasil. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Graça Aranha, 26, 18º andar, centro Rio de Janeiro -RJ.

A Companhia é diretamente controlada por Furnas Centrais Elétricas S.A – Eletrobras Furnas e indiretamente pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

A Companhia tem por objeto social a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional compostas pela LT 500 Kv Janaúba 6 – Presidente C1, caracterizada no Anexo 02-04 do Edital do LEILÃO nº 01/2023 – ANEEL (“Licitação”), além das entradas de linha, interligações de barramentos, equipamentos de compensação de reativos e conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, e obras complementares nos termos do Contrato de Concessão decorrente dessa Licitação, a ser celebrado entre a sociedade e a União Federal, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“Contrato de Concessão”), e exploração de atividades derivadas da utilização subsidiária ou compartilhada de bens materiais ou imateriais de que é detentora em razão da natureza essencial da atividade, bem como a prestação de serviço que se relacione ao seu objeto.

#### **1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica**

Em 29 de setembro de 2023, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 009/2023 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

<b>Contrato de Concessão ANEEL nº</b>	<b>Prazo da concessão</b>	<b>Início da operação prevista em contrato</b>
009/2023 - ANEEL	30 anos	30/09/2028

# **SPE NOVA ERA JANAPU TRANSMISSORA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **1. Contexto operacional--Continuação**

### **1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação**

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial. A data prevista para entrada em operação é novembro de 2026.

#### Revisão tarifária

A ANEEL procederá a revisão da Receita Anual Permitida - RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, utilizando uma metodologia de cálculo com base no custo de Capital de Terceiros.

A próxima revisão tarifária está prevista para julho de 2029.

#### Prorrogação da concessão

A critério exclusivo do poder concedente e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 4º da Lei nº 9.074, de 1995, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. Com exceção a eventuais investimentos incrementais não amortizados, o contrato de concessão não prevê a indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no término do contrato de concessão, conseqüentemente na configuração do plano de negócios ou no cálculo de ativo contratual, a Companhia não considerou nenhum valor residual a título de indenização ao término do contrato de concessão.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

# **SPE NOVA ERA JANAPU TRANSMISSORA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis --Continuação**

### **2.1. Declaração de conformidade--Continuação**

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, não havendo o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e concluíram que as referidas demonstrações contábeis traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 22 de abril de 2024.

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

### **2.3. Moeda funcional**

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, os montantes apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

# **SPE NOVA ERA JANAPU TRANSMISSORA S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação**

### **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota explicativa 5 - Ativo contratual da concessão: contabilização de contratos de concessão;
- Nota explicativa 6 - Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos: constituição de IRPJ e CSLL diferido.

#### **2.4.1. Estimativas e premissas**

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

## **3. Políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.1. Instrumentos financeiros

##### 3.1.1. Ativos e passivos financeiros

###### a) *Ativos financeiros*

###### i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de

outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

###### Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

###### Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais—Continuação**

#### 3.1.1. Ativos e passivos financeiros--Continuação

##### a) *Ativos financeiros*--Continuação

##### i) Classificação e mensuração--Continuação

através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

##### ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

##### iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

##### 3.1.1. Ativos e passivos financeiros--Continuação

###### b) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros estão descritos a seguir:

###### Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

##### 3.1.2. Caixa e equivalente de caixa

Mensurados a valor justo por meio do resultado, o caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

#### 3.2. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual da concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir a infraestrutura de transmissão, uma vez que o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção, sendo mensurado de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho tornar-se um contas a receber (ativo financeiro), mensurado de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tendo em vista que a Companhia passa a ter direito incondicional ao recebimento.



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis contábeis--Continuação

#### 3.2. Ativo contratual da concessão--Continuação

O valor do ativo contratual da concessão é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que representa a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários, sendo estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita de 0,56% a.a. que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; (ii) atualizado pelo IPCA; (iii) revisado a cada 5 (cinco) anos pelo poder concedente na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado. Os recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão.

##### 3.2.1. Reconhecimento e mensuração de receita

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). A companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do ativo contratual da concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente.
- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

As receitas de construção e remuneração do ativo contratual da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, no passivo não circulante



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

#### **3.4. Dividendos**

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202. os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório em cada exercício.

A Companhia ao auferir lucro distribui juros sobre capital próprio e dividendos intermediários, se aplicável, somente com a devida aprovação de seus diretores.

#### **3.5. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

##### **3.5.1. Provisões para contingências**

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.5. Provisões--Continuação**

##### **3.5.2. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

#### **3.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.7. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

#### 3.8. Tributação

##### 3.8.1. PIS e COFINS

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 3.2.

##### 3.8.2. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.8. Tributação--Continuação**

##### **3.8.2. Imposto de renda e contribuição social --Continuação**

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

#### **3.9. Despesas e receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

#### **3.10. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações**

##### **3.10.1. Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023**

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

- IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

##### **3.10.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.10. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações--Continuação

##### 3.10.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes --Continuação

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento).
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.
- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>
Banco	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

### 5. Ativo contratual da concessão

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Descrição	
Linhas de Transmissão	<b>SPE NOVA ERA</b>
Margem de construção	<b>0,80%</b>
Taxa de remuneração	<b>0,56%</b>
Índice de correção dos contratos	<b>IPCA</b>
	<u>31/12/2023</u>
<b>Saldo inicial ativo contratual da concessão</b>	-
Remuneração do ativo de contrato	1.154
<b>Saldo final ativo contratual da concessão</b>	<b>1.154</b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e prejuízo fiscal / base negativa calculado pela aplicação das alíquotas fiscais e valores no resultado. A Companhia espera utilizar o saldo dos impostos diferidos dentro do prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações.

### Lucro real

Resultado antes do IRPJ/CSLL 1

### Adições

Custo de construção 1.132

**Total das adições** **1.132**

### Exclusões

Receita do ativo contratual da concessão (1.154)

**Total das exclusões** **(1.154)**

**Total dos ajustes temporários** **22**

IRPJ (5)

CSLL (2)

**Total** **(7)**

**Resultado fiscal** **(21)**

IRPJ 5

CSLL 2

**Total** **7**

**Total IRPJ/CSLL diferido** **-**

## 7. Fornecedores

Os fornecedores no montante de R\$268 referem-se a despesas pré-operacionais referente ao serviço de operação e manutenção.



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1 e está representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela acionista Furnas Centrais Elétricas S.A.

	31/12/2023		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.000	1	100%
	<b>1.000</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>

Em 10 de agosto de 2023, a Companhia foi constituída tendo como capital social inicial de R\$1 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido o capital social integralmente subscrito pela acionista e controladora Furnas Centrais Elétricas S.A. na data de constituição da Companhia, e o qual foi integralizado em moeda corrente nacional, nesta mesma data.

### Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2023 a Companhia recebeu o montante de R\$882 referente adiantamento para futuro aumento de capital.

### Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

### Reserva de lucros

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07. O valor constituído no exercício foi de R\$1.



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Em 31 de dezembro, a Companhia não possui processos cujo prognóstico de perda seja provável ou possível.

## 10. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>
Receita de remuneração do ativo de contrato	13
Receita de construção	<u>1.141</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.154</u></b>

## 11. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>
Custos de construção	<u>(1.132)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(1.132)</u></b>

## 12. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	<u>Nível</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2	1
<b>Passivo mensurados pelo custo amortizado</b>		
Fornecedores		268



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Instrumentos financeiros--Continuação

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual.

### 12.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros, risco operacional e risco de capital.

#### Risco de crédito

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **12. Instrumentos financeiros--Continuação**

### **12.1. Fatores de risco financeiro--Continuação**

#### Risco de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

#### Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. A Companhia tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e conseqüentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

#### Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

### **12.2. Gestão do capital**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

## **13. Eventos subsequentes**

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das demonstrações contábeis.



SPE  
**NOVA ERA JANAPU**  
TRANSMISSORA S.A.

---



Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

\* \* \*

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Cristina Rabelo Engelke  
Diretora Financeira

Luciana Conde Martins de Albuquerque  
Diretora Técnica

**RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Leandro Barbalho de Brito  
Contador CRC-RJ 092.334/O-9